


A instância enunciativa na leitura: a relação “eu-tu” pela palavra do presidente

Enunciative instance in reading: the relationship “I-You” by the president's word

Samanta Kelly Menoncin Pierozan¹

Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras. Caxias do Sul, RS, Brasil.

¹ Doutoranda em Letras pelo PDLet – Associação ampla UCS/Uniritter (Bolsista CAPES/PROSUC). Mestre em Linguística Aplicada pelo PPGLet – UNISINOS (Bolsista CAPES/PROSUC).
 <https://orcid.org/0000-0002-0507-1890>
E-mail: samimenu10@gmail.com

RESUMO: O propósito deste artigo é analisar e refletir sobre a relação “eu-tu” percebida num texto de contexto organizacional – a palavra do presidente de uma indústria moveleira para os seus colaboradores, apresentada no manual de integração da empresa –, a fim de que se possa verificar em que medida se dá a constituição de sentido nas instâncias enunciativas, em especial na leitura. Para isso, toma-se como principal aporte teórico a teoria enunciativa benvenistiana. A análise mostra que à instância do discurso, enunciativa, subjaz questões de cunho político-ideológico e de relação hierárquica, que, por sua vez, são de ordem cultural e social da organização.

Palavras-chave: Teoria enunciativa de Benveniste; Instância enunciativa; Intersubjetividade; Leitura.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze and think about the relation “I-you” noticed in an organizational context – the president’s words of a furniture industry which are presented in its integration guide –, in order to verify how the constitution of meaning is given in enunciative instances, especially in reading. Therefore, we use Benvenistian Theory of Enunciation as the main theory. The analysis shows us the discourse instance, an enunciative one, underlies some political-ideological issues as well as hierarchical, which are based on cultural and social aspects of the organization.

Keywords: Benvenistian Theory of Enunciation; Enunciative instance; Intersubjective; Reading.

1 Introdução

[...] *o sujeito marca-se, representa-se no seu dizer.*
(FERREIRA; TEIXEIRA, 2009, p. 58)

O presente artigo tem como objetivo analisar e refletir sobre a relação “eu-tu” percebida num texto de contexto organizacional – um informativo de comunicação interna, mais especificamente, a palavra do presidente de uma indústria moveleira para seus colaboradores, apresentada no manual de integração da empresa, localizada no estado do Rio Grande do Sul –, a fim de que se possa verificar como se dá a constituição de sentido nas instâncias discursivas. O interesse por essa investigação deu-se em decorrência de uma pergunta em especial: Como se pode pensar em instância enunciativa na leitura? Para responder a pergunta, considerada norteadora, toma-se como aporte teórico a teoria da enunciação benvenistiana¹, que, mesmo não se tratando de uma teoria acabada, dá conta das marcas e singularidades do homem na língua, tanto que a tese central dos estudos de Benveniste é “o homem está na língua”.

Para isso, assume-se duas das proposições de Benveniste: (i) “eu” não tem valor, a não ser na instância em que é produzido; e (ii) a intersubjetividade² é constitutiva de todo ato enunciativo e como tal da escrita; logo, depreende-se que, na leitura, o leitor (alocutário), ao se apropriar das marcações discursivas do texto lido, torna-se locutor e faz a passagem para sujeito. Neste sentido, a leitura é um ato enunciativo – “um ato do sujeito-leitor, mediante o qual ele institui uma relação

¹ Apesar de Benveniste não ter realizado um modelo acabado de teoria, os termos “teoria”, “teoria da enunciação” e “teoria enunciativa” são utilizados neste artigo, assim como em tantos outros, para se referir aos estudos benvenistianos.

² Na teoria da enunciação o sujeito é o elemento central para as questões de subjetividade, entendida como “a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. (PLG I, p. 286). Essa subjetividade se mostra no discurso, por meio das marcas deixadas pela pessoa “eu” e “tu”, que se conjecturam mutuamente, representando a intersubjetividade na linguagem.

com o texto para produzir sentido no momento da leitura” (TEIXEIRA, 2005, p. 200).

Em Benveniste a linguagem é compreendida como intersubjetividade, uma condição para que o homem exista, pois, quando o homem fala, ele fala para outro, enunciando-se. Conforme Benveniste:

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (PLG II, p. 84).

Segundo Flores (2013, p. 173), “caberia pensar na ideia de *apropriação*³ como um operador da análise linguístico-enunciativa, o que, certamente teria efeitos metodológicos”.

Todavia, a análise, a realizar-se a partir da teoria enunciativa benvenistiana, exige que se faça a seleção dos textos tomados como aporte teórico, uma vez que, “há dentro de cada texto [...] potencialidades teóricas e analíticas distintas.” (FLORES, 2013, p. 29). Sendo assim, para verificar como se dá a constituição de sentido na instância enunciativa, busca-se fundamentação em alguns dos artigos reunidos em *Problemas de linguística geral I* (PLG I) e *Problemas de linguística geral II* (PLG II). No que diz respeito ao PLG I, utilizam-se em especial os seguintes artigos e conferências⁴: *A frase nominal* (texto que pertence à IV Parte da obra), *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade*

³ Grifo do autor. Os grifos em citações diretas, originais, serão mantidos ao longo deste trabalho.

⁴ As duas obras, *Problemas de linguística geral I* (PLG I) e *Problemas de linguística geral II* (PLG II), são coletâneas de artigos e conferências publicados originalmente em épocas diferentes.

na linguagem, os três compoem a V Parte. Na obra PLG II, se utiliza dos textos da II Parte, que são *A linguagem e a experiência humana* e *O aparelho formal da enunciação*, do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, da III Parte.

Além dos textos específicos de Benveniste, busca-se, ainda no decorrer da revisão literária, dialogar com outros teóricos. Esses teóricos são, por vezes, conhecidos por defenderem diferentes pontos de vista sobre alguns conceitos, contudo, não se tratam de pontos de vista divergentes. A motivação que leva a esse diálogo está ligada ao fato da teoria enunciativa benvenistiana apresentar incompletudes (FLORES, 2013) e, além disso, porque Benveniste permite tratar a enunciação por diferentes pontos de vista – considerando o aspecto formal, o da semantização ou o do quadro formal de realização (FLORES, 2013, p. 27). Segundo Flores (2013, p. 26-27), “[a] ênfase do estudo que [Benveniste] propõe depende de seus interlocutores [...], dos objetivos de descrição e análise das línguas que faz e das relações que estabelece com outras áreas.”

2 O homem na língua

Pela leitura dos textos de Benveniste, reunidos no PLG I e II, fica evidente a necessária distinção entre “pessoa” e “não pessoa”. É por meio dessa distinção que se fundamenta a (inter)subjetividade na linguagem. Em suma, a “pessoa” diz respeito ao “eu” e “tu” linguístico e a “não pessoa” refere-se ao “ele”. No discurso⁵, “eu” e “tu” estão em permanente relação, o “eu” sempre fala para um “tu” – uma relação essencial –, onde um não se constitui sem o

⁵ O termo “discurso”, neste artigo, diz respeito ao texto que é produzido. Benveniste, por vezes, utiliza-se do termo “instância discursiva” para referir-se à “instância enunciativa”. O motivo que me leva a preferir o segundo termo ao primeiro, deve-se às diversas teorias existentes e relacionadas ao discurso, entretanto, com abordagens diferentes. Instâncias do discurso, para Benveniste, são “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.” (PLG I, p. 277).

outro. O “ele” pode ser identificado como o tema, o assunto ou o referente do discurso – referências que se dão fora da relação “eu-tu”. “Eu” e “tu”, por si só, não significam nada, são consideradas categorias discursivas vazias; o “eu” só adquire seu valor na instância em que é produzido, e é sempre um “eu-tu” sobre “ele”. A instância (enunciativa/linguística) refere-se ao espaço e tempo do “eu” e “tu” no discurso, trata-se de uma posição assumida.

Benveniste define instâncias do discurso como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.” (PLG I, p. 277). Para o estudioso, “*eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido” (PLG I, p. 278-279).

Essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de “indicadores” que pertencem pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais (PLG I, p. 279).

Tais definições do termo levam a concordar com Flores (2013, p. 41) quando diz que a “instância de discurso” tem como característica “unicidade, tempo e espaço simultâneos à atualização enunciativa, contemporaneidade dos indicadores de subjetividade”.

No que diz respeito aos indicadores, os quais são utilizados na língua, mostra-se marcada a expressão da subjetividade por meio de uma relação dialética; esses indicadores são enunciados pelo locutor para se posicionar como sujeito. Nota-se, em PLG I, que

[o]s próprios termos dos quais nos servimos aqui, *eu*, e *tu*, não se devem tomar como figuras mas como formas linguísticas que indicam a “pessoa”. [...]; é a existência implícita desses pronomes que dá o seu valor social e cultural aos substitutos impostos pelas relações de classe (PLG I, p. 287).

Todavia, os pronomes “eu” e “tu”, para marcarem-se na língua como sujeito, dependem de outras classes de pronomes – “São os indicadores

da *dêixis*⁶, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomando como ponto de referência: ‘isto, aqui, agora’ (PLG I, p. 288), que, por sua vez, só se definem quando em relação à instância em que são enunciados, dependendo do “eu” que se enuncia. Para Benveniste, a *dêixis* tem o papel de apontar o referente, conforme: “a *dêixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa” (PLG I, p. 280).

As marcas na linguagem, na língua e no discurso, tornam possível a (inter)subjetividade, e “[...] cada instância do discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito” (PLG I, p. 289). É pela intersubjetividade que a categoria pessoa se define e possibilita a comunicação linguística – fato que está estreitamente relacionado à apropriação linguística.

Concorda-se com a leitura de Flores (2013) quando, ao se referir aos conceitos “homem/linguagem/intersubjetividade”, abordados por Benveniste, diz que “o homem é homem porque tem linguagem e nela se inscreve sob a condição da intersubjetividade.” (FLORES, 2013, p. 116). Na sequência, o autor trata da “relação locutor/língua/subjetividade” e, no que se refere a este último, diz que o termo subjetividade “está ligado, intrinsecamente, às noções de locutor e de língua” (p. 116) – essa interrelação existente entre os conceitos aqui mencionados, entre outros, se dá porque o locutor⁷ se apropria da língua.

⁶ Segundo Flores et al. (2009, p. 177), a *dêixis* é um “mecanismo que relaciona a indicação de um objeto através de uma palavra à instância de discurso que a contém.” Uma outra terminologia utilizada para a *dêixis* é conhecida por *shifter*, termo batizado por Jespersen e muito utilizado por Jakobson, entretanto, sua tradução para o francês, *embraceus*, é o termo mais conhecido – “embraceante” no português (FLORES et al., 2009, p. 209). A noção de *shifter* vem de um texto de Jakobson (1957), intitulado *Os articuladores, as categorias verbais o verbo russo*, em que o estudioso investiga a categoria pessoa observando os *shifters*, ou articuladores – que não deixam de ser a *dêixis*/indicadores de subjetividade.

⁷ Em Benveniste, o “locutor” não é, necessariamente, o “sujeito”, a não ser que o locutor se proponha como tal. Conforme Flores (2013, p. 101), “[o] locutor é o responsável pela *apropriação* da língua” e “[o] *sujeito* [...] não é nem o locutor, nem o *homem*, mas uma instância que decorre da *apropriação* feita pelo locutor.”

O que se defende aqui está evidenciado em Benveniste quando diz, em PLG I,

[...] os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor (PLG I, p. 281).

É pela apropriação da língua que o locutor se enuncia, se posiciona e postula um alocutário, tornando possível a relação “eu-tu” e inscrevendo-se na intersubjetividade. Para Benveniste (PLG II), “desde que ele [o locutor] se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si” (p. 84). É por meio desse ato individual, de apropriação, que a enunciação se define. “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (PLG II, p. 87).

Mesmo que em outros termos, Cervoni (1989) vai ao encontro de Benveniste quando diz: “Toda enunciação supõe um *locutor* e um *alocutário*; ela se dá no *tempo*, em um determinado momento; os actantes da enunciação (locutor e alocutário) encontram-se no *espaço*, em um determinado lugar, no momento em que ela ocorre.” (CERVONI, 1989, p. 23). Entretanto, no que diz respeito ao estudo de *dêixis*⁸ remete-se a dois problemas, de pessoa e de tempo. Cervoni verifica os aspectos e estudos já realizados que dizem respeito a “ele” em relação a categoria dos dêiticos, observando argumentos a favor e contra.

A terceira pessoa, para Cervoni (1989), não pode ser assumida como “não pessoa”, uma vez que “eu” e “tu” possuem uma relação incompleta sem o “ele”; isso porque “eu” e “tu” sempre remetem a “ele”. Cervoni (1989) defende,

⁸ Cervoni (1989) utiliza o termo “dêiticos”, aqui tratados por “dêixis”.

[as] pessoas da interlocução [“eu” e “tu”], se opõem efetivamente, numa certa medida, à terceira pessoa, a do deslocado, que é apenas a pessoa da qual se falou; que tem portanto um papel unicamente passivo no ato de linguagem. Mas as três pessoas têm um ponto comum: servem para apresentar um objeto de fala.

A terceira pessoa é a pessoa fundamental. – [...] dizer que a terceira pessoa é uma “não-pessoa”, pretextando que em tal ou tal língua ela não tem marca específica, é desconhecer um fato essencial: ao menos nas línguas que, do ponto de vista tipológico, pertencem ao mesmo grupo que o português, a pessoa é o suporte de qualquer predicação, seja essa pessoa explícita, marcada – é o caso quando ela se manifesta sob a forma de um pronome pessoal –, ou implícita, como no caso do nome (CERVONI, 1989, p. 25).

Contudo, para Cervoni, assim como para Benveniste, “ele” não é considerado dêixis, pois não depende dele o ato enunciativo. Isso se explica pela função das dêixis, que é apontar o referente – “ele” não poderia ser a dêixis, uma vez que diz respeito ao referente. A dêixis contém a relação espaço-temporal, pessoa e instância do discurso. “Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia.” (FIORIN, 1996, p. 42).

Tendo elucidado aspectos importantes, tratados pela teoria da enunciação benvenistiana, e que tornam possível a constituição do sujeito, pela língua, através da relação “eu-tu”, parte-se para uma outra questão: as marcas de (inter)subjetividade no discurso, na sociedade.

3 “Eu-tu” no discurso e a posição social do sujeito

Verificar a constituição de sentido na instância enunciativa, no contexto organizacional/empresarial⁹, num texto de modalidade escrita – onde

⁹ Nota-se que, por vezes, utilizam-se dos termos “organizacional/organização” e “empresarial/empresa” de forma intercambiável.

se inscrevem valores, crenças e objetivos –, remonta à questão da (inter)subjetividade e apropriação da língua, tratadas na seção anterior do presente artigo. Essas questões estão estreitamente relacionadas às marcas do sujeito na língua e se dão na enunciação do discurso, onde faz-se presente a relação pessoa-não pessoa.

Cabe mencionar que a enunciação do discurso (enunciativa) difere-se da enunciação da história. Segundo Simonin-Grumbach (1983, p. 33), “[p]ara Benveniste, é “discurso” todo texto que comporta *shifters*, isto é, elementos de relacionamento com a instância de enunciação; chama-se “história” todo texto sem *shifters*”. A enunciação do discurso conta com a oposição da não pessoa (ele) a uma pessoa (eu/tu), tornando possível a marca do sujeito no enunciado, enquanto, a enunciação da história não tem essa marca de subjetividade, a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra. “Na *enunciação de discurso*, todos os tempos verbais estão presente, exceto o aoristo [passado simples e passado definido – o pretérito mais-que-perfeito e o prospectivo]. Na *enunciação histórica*, está presente o aoristo” (FLORES, 2013, p. 106).

Por esta razão, e considerando o foco do presente artigo, que está na relação de pessoa e sua marca discursiva, explora-se, em especial, a enunciação de discurso. Para Benveniste (PLG II, p. 268), “[o] discurso emprega livremente todas as formas pessoais do verbo, tanto *eu/tu* como *ele*. Explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte. Consequentemente a “terceira pessoa” não tem o mesmo valor que na narrativa histórica.”

Por essa perspectiva, da enunciação do discurso, a língua pode ser considerada “como meio de análise da sociedade” – a língua que é “o interpretante da sociedade” e que “contém a sociedade” (PLG II, p. 97). Flores (2013, p. 113) concorda com tal concepção e defende que “[...] a língua pode ser analisada enquanto sistema de signos e enquanto emprego

desses signos”, uma vez que, por meio das expressões linguísticas, é possível tratar tanto de sociedade quanto de cultura.

A língua como instrumento de/da comunicação, segundo Benveniste (PLG II, p. 99), “[...] está investida de propriedades semânticas e [...] funciona como uma máquina de produzir sentido”. Dentre as suas diversas configurações, o estudioso defende que uma delas é “a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (PLG II, p. 101). Se isso é certo, então pode-se afirmar que o discurso do sujeito está atrelado ao fenômeno ideológico, que, conforme Fiorin (1998, p. 29), apesar de ser inconsciente, está contido no social. Nesta direção, quando o locutor se define como sujeito e se inclui na sociedade, ele o faz a partir de um comprometimento de cunho social – algo inconsciente, mas enraizado na sua cultura. Segundo Fiorin (1998), a linguagem está estreitamente relacionada à ideologia:

As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As idéias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos (FIORIN, 1998, p. 33).

Essa inclusão da pessoa na sociedade se dá pela distinção pessoa/não pessoa, constituindo-se na e pela relação “eu-tu”, no discurso; trata-se de uma condição de intersubjetividade, a qual situa o sujeito na sociedade. É possível situar o sujeito a partir da forma como ele se representa na enunciação; o sujeito, em Benveniste, depende da apresentação do locutor, do modo como o locutor se propõe, a partir da apropriação que o mesmo faz da língua – conforme Flores (2013, p. 117): “O locutor, em Benveniste, se apresenta, se propõe, como sujeito. E como faz isso? Apropriando-se da língua.” Para Benveniste,

[t]oda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. [...]. O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. [...]. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno (PLG II, p. 84).

Neste sentido, toda a produção enunciativa supõe um locutor e um alocutário – esses termos poderiam ser substituídos por outros, como produtor e receptor, mas o que aqui interessa é perceber as categorias de pessoa que estão envolvidas na linguagem que se faz discurso. O papel que o locutor e o alocutário exercem é fundamental para situá-lo na enunciação. Nessa direção, assume-se a definição de Orlandi et al. (1989) para “locutor” e “alocutário”:

O *locutor* é aquele que se representa como *eu* na enunciação, representando-se, internamente ao discurso, como o responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado. O locutor é uma figura constituída internamente ao discurso e marcada no texto pelas formas do paradigma do *eu*. O *alocutário* é o *tu* do discurso, representado enquanto correlato do locutor pelo próprio locutor (ORLANDI et al., 1989, p. 46).

A posição assumida pelo sujeito no mundo e a sua necessidade de comunicação são refletidas pela utilização de elementos das dêixis, os quais remetem à situação de enunciação.

Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. [A] língua que é assim a emanação irredutível do *eu* mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supraindividual e coextensiva à toda a coletividade (PLG II, p. 101).

Elucidou-se até aqui, em especial, as questões que norteiam a relação “eu-tu”, e destacou-se a importância do “eu”, o qual só tem valor na instância em que é produzido. Porém, não há nada melhor do que experimentar a

teoria, ou seja, explorar a linguagem em uso. Sendo assim, parte-se para a análise, a qual toma forma a partir da delimitação dos procedimentos metodológicos.

4 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, tem como *corpus* de estudo um informativo de comunicação interna de uma indústria moveleira – mais especificamente, uma carta do diretor para os seus colaboradores, apresentada no manual de integração da empresa. Sendo assim, para que se possa verificar como ocorre a constituição de sentido na instância enunciativa, em especial na leitura, faz-se necessário organizar os procedimentos adotados para a análise do *corpus*.

Defende-se que pautar a análise nas marcas do sujeito, delineadas pela categoria pessoa e não pessoa, preconizada por Benveniste, torna possível verificar a intersubjetividade presente no discurso, a qual se dá numa relação dialética. Neste sentido, os procedimentos adotados são:

- a) identificar evidências linguísticas que caracterizam a relação de intersubjetividade no discurso;
- b) analisar e descrever essas evidências linguísticas, que são as marcas de subjetividade, em termos da posição que o sujeito assume no discurso; e
- c) verificar como ocorre a constituição do sentido na instância enunciativa, na leitura.

Esses procedimentos são realizados respeitando a ordem assumida, tanto que “a” e “b” vão ao encontro do objetivo da pesquisa, que é verificar como se dá a constituição do sentido na instância enunciativa na leitura. Nessa direção, Flores e Teixeira (2005), destacam como se dá a construção de sentido pelo leitor, conforme segue:

A pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, o que não garante, no entanto, que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. A relação intersubjetiva que se produz na leitura é sempre inédita. O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o resultado de um processo de apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência de leitura (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 8).

5 Análise enunciativa

Antes de adentrar à análise, retoma-se o fio condutor deste artigo, o qual diz respeito à pergunta: Como se pode pensar em instância enunciativa na leitura? Ferreira e Teixeira (2009, p. 58), de certo modo, acabam respondendo tal pergunta, quando dizem: “Pensar a leitura como ato enunciativo, a partir da teoria de Benveniste, é trabalhar o modo como se diz, ou seja, como o sujeito marca-se, representa-se no seu dizer”. Esse dizer, que as autoras elencam, se dá na instância da enunciação e, aqui, pode ser verificado na palavra do diretor de uma indústria moveleira. O *corpus* de análise é apresentado no “Anexo A”, o qual tem as suas linhas identificadas, e que serão apontadas no momento da discussão da análise.

Pelo simples passar de olhos no *corpus*, percebe-se que se trata de uma carta, onde o locutor, o Presidente, escreve para um leitor, o qual diz respeito ao/à colaborador(a) da empresa, ou ainda, o(a) alocutário(a). O que se nota nesse primeiro momento é o contraste hierárquico que se faz marcado no texto, situando quais são as posições dos sujeitos envolvidos. O “Presidente” é o “eu” linguístico, um “eu” que mostra a sua subjetividade e se marca na instância do discurso.

Com o propósito de esclarecer o tipo de relação de intersubjetividade que se faz presente no *corpus* de análise, inicia-se a discussão pela palavra

“Presidente”, situada, de forma bem marcada na escrita, conforme consta na Linha 29, logo abaixo da suposta assinatura¹⁰.

O Presidente, o “eu” linguístico, é o responsável pela produção da enunciação. Sua identificação se dá em oposição ao “tu”, o(a) colaborador(a) – fortemente direcionado e marcado na Linha 2. Nessa relação, há uma enunciação de ordem hierárquica, onde uma voz sobrepõe a outra, trata-se de uma relação de poder – *status* hierárquico na organização. Até aqui não é possível compreender como se dá essa relação de poder – mas acredita-se que a mesma pode ser verificada na completude do texto. O que se depreende pelo contraste da Linha 29 e Linha 2 é uma construção enunciativa de ordem organizacional, em que o “eu” se posiciona no discurso e situa o “tu” – o “tu” colaborador e também leitor.

A Linha 2 chama a atenção não só pela marca hierárquica organizacional, mas também pela marca de impessoalidade. O que se quer dizer é que a instância enunciativa diz respeito a uma posição de ordem genérica, onde o Presidente X não fala para um colaborador Y, mas para todo e qualquer colaborador, seja ele ou ela e seja lá qual for o seu nome e/ou função na escala hierárquica. Neste sentido, verifica-se que nessa relação “eu-tu” há o apagamento do “tu” como ser individualizado em detrimento da marca do “tu” colaborador genérico, logo, configura-se um alocutário coletivo.

Contudo, no primeiro parágrafo da carta, verifica-se o uso de pronomes que representam uma tentativa de proximidade entre os interlocutores e, com isso, marcam uma relação de intersubjetividade. Essa ideia, já observada por Orlandi et al. (1989, p. 76), vai ao encontro da hipótese do descentramento do locutor em direção ao alocutário. Entretanto, questiona-se: Se há um descentramento, qual seria o seu objetivo? Abre-se mão da relação de poder observada previamente? – Essas questões tendem a

ser respondidas ao longo da análise, por enquanto, faz-se a identificação e análise dos indicadores de subjetividade.

Os pronomes “seu” e “você”, que aparecem na Linha 3, e o pronome “sua”, na Linha 4, ocupam um lugar especial no contexto da subjetividade. Conforme Benveniste, em *A natureza dos pronomes*, os pronomes são característicos das instâncias enunciativas, uma vez que “são os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (PLG I, p. 277). Logo, a instância enunciativa verificada remete à apropriação linguístico-enunciativa do locutor em detrimento de uma suposta preocupação com o alocutário. Essa preocupação é apresentada em função das construções linguísticas “seu primeiro dia de trabalho”, “você está começando uma nova caminhada” e “sua vida profissional”.

Na sequência, final da Linha 4 e início da Linha 5, observa-se o pronome “você” seguido de “deve estar”. O verbo “dever”, por si só, não designa uma ação acerca do sujeito, uma vez que se trata de um modalizador, entretanto, em conjunto ao verbo “estar” e considerando que o verbo está configurado em relação ao pronome, descreve uma situação de subjetividade. O que ocorre é que o uso de “você deve estar [...]” remonta a ideia de suposição e previsão na enunciação; essa ideia se organiza na relação “eu-tu” pelas noções espaciais e temporais, com as quais locutor se apropria da língua para planejar uma suposta realização futura.

Ao verificar a sequência, nota-se que o “eu” situa um “tu” com expectativas e dúvidas, considerando a situação prévia estabelecida – começando uma nova caminhada/vida profissional –, e direcionando-o a um tempo futuro. Essa proximidade e preocupação do Presidente em relação ao colaborador parece ser de cunho político-ideológico. Isso fica mais claro em seguida, quando o Presidente se propõe “ajudá-lo” (Linha 6) a adaptar-se à empresa – nas palavras do Presidente, “a nossa empresa” (Linha 6 e Linha 7) – em outras palavras, o colaborador deve se adequar à organização, ou seja,

¹⁰A assinatura do Presidente, assim como o nome da empresa, foi substituída no texto por lacunas; o apagamento se deu por questões éticas, a fim de preservar a identidade da empresa.

até aqui, ao que tudo indica, a sua voz não é relevante à organização, há regras já pré-estabelecidas e essas devem ser seguidas. Ao mesmo tempo, o pronome “nossa” (Linha 6), por sua vez, instaura na instância enunciativa um abrandamento da ordem hierárquica empresarial na tentativa de aproximar-se ainda mais do colaborador, cujo “eu” mobiliza o “tu” em termos de comprometimento e responsabilidade em relação à empresa. Neste sentido, trata-se de um abrandamento mascarado; o pronome, de modo geral, conclama a ideia de fraternidade e comunhão, mas, na instância verificada, diz respeito a um operador linguístico-enunciativo para causar efeitos a favor da relação de poder e constituir o traço necessário para unir “eu” e “tu” enquanto remete ao “ele”, caracterizando a intersubjetividade no enunciado. Por meio dessa marca de intersubjetividade, que se dá pela apropriação linguística, pautada na ideologia empresarial, determina-se o comportamento do sujeito no meio organizacional.

Partindo para o segundo parágrafo, logo no início, verifica-se o uso da expressão “como presidente” (Linha 8), a qual remonta à relação entre linguagem e sujeito defendida por Benveniste, quem diz: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (PLG I, p. 286). A expressão verificada diz respeito a uma instância de discurso em que o locutor se propõe como sujeito. E, dessa forma, o “eu” linguístico reforça o seu papel na organização, marcando a voz da liderança desse contexto – observa-se: contrastando com a expressão utilizada anteriormente, “a nossa empresa”, o leitor pode depreender que a empresa é nossa, mas quem comanda-a é X, não eu.

Na Linha 9 e Linha 10, onde diz “[...] nós valorizamos muito as pessoas que trabalham conosco”, destacam-se os pronomes “nós” e “conosco” – apropriação linguística que o locutor faz não condiz ao par eu-tu, entretanto, segundo Benveniste (PLG I), “eu” é sempre constitutivo de “nós”, e “esse ‘eu’ sujeita o elemento ‘não-eu’ pela sua qualidade transcendente. [...] [Esse

‘não-eu’] repousa, na verdade, sobre a inclusão ou exclusão do ‘vós’” (PLG I, p. 256). O que ocorre é que os pronomes “nós” e “conosco”, na instância enunciativa analisada, dizem respeito à empresa. De acordo com o que se observa, é a empresa que valoriza o colaborador – mas como? A resposta é depreendida pelo leitor na sequência, Linha 10, pela “soma do trabalho”. Nota-se que o locutor assume um discurso de posição marcado quando diz “sabemos”; o emprego do verbo “saber” remete à certeza sobre algo. Logo, na instância verificada, compreende-se que a valorização é feita quando há a soma de trabalho, ou seja, produção – o colaborador produz, logo, é valorizado. E, para valorizar essa produção, a mesma deve se dar em conjunto com “talento, comprometimento e empenho” (Linha 13 e Linha 14) do colaborador para com a empresa.

Nessa relação de intersubjetividade, “eu-tu” (Presidente-colaborador) sobre “ele” (a empresa), que se observa nas instâncias enunciativas, verifica-se que o locutor tenta suavizar o tom da relação de poder e da ordem hierárquica organizacional. Em meio a uma série de ordens, observadas no terceiro parágrafo, o locutor investe em um diálogo mascarado. O uso do “convido” (Linha 15), que antecede “conhecer” e “participar”, não condiz com a premissa subjacente à ideia de cordialidade e que fica à escolha do “tu”; ao que tudo indica, o “eu” faz uso do verbo “convidar” para amenizar o tom de rigor e aspereza que o verbo “convocar”, por exemplo, carregaria na sua semanticidade. Dessa forma, o locutor apropria-se de uma determinada linguagem a fim de promover uma relação mais harmoniosa com o outro. Na mesma direção, observa-se o uso de “nossos” (Linha 16) – “nossos valores” e “nossos programas” –, que, seguindo a ideia da Linha 6, promove um abrandamento da ordem hierárquica, em que o “eu” mobiliza o “tu” em termos de comprometimento e responsabilidade em relação à organização.

Se até aqui o leitor não compreendeu a posição do sujeito, assumida nas instâncias enunciativas e que contém as questões político-ideológicas

que norteiam a organização, o locutor as reforça na Linha 20, quando diz: “Esperamos despertar em você a paixão por fazer melhor” – o que indica que a valorização do alocutário colaborador só ocorre a partir de uma troca, em que o colaborador concede o seu talento, compromisso e empenho e, mais do que isso, que se coloque num constante melhoramento em termos de ações profissionais, tudo isso em prol da satisfação dos clientes – conforme Linha 21, “a satisfação dos nossos clientes” – e “o crescimento da empresa” (Linha 22). O uso do pronome “nossos” (Linha 21) implica o “eu” e o “tu”, onde o “eu” remete ao “tu” engajando-o e comprometendo-o em relação ao “ele”, no caso, o cliente. Além disso, é manifestado, através do discurso, que a preocupação do Presidente e da empresa não é o bem-estar do colaborador, mas sim todo e qualquer aspecto que leve ao sucesso da organização.

Na Linha 22, observa-se o uso de “sabemos”, o qual promove um tom de certeza à instância enunciativa, a certeza de que, para tudo dar certo, é essencial que o colaborador se orgulhe de pertencer à empresa, conforme Linha 23. O uso do verbo “pertencer” soa forte quando contrastado ao enunciado “nossa empresa”. O que de fato depreende-se dessa leitura é que prevalece a voz do topo hierárquico, reforçando a relação de poder.

Na sequência, o locutor apropria-se novamente de um discurso de ordem mascarada. Utilizando-se das construções linguísticas “convido você a participar” (Linha 24) e “espero que você se sinta acolhido” (Linha 26), como se houvesse uma atenção especial ao bem-estar e acolhida do colaborador. O que parece é que, pelas instâncias enunciativas verificadas na carta do presidente, a atenção não diz respeito ao colaborador como ser na sua individualidade, que tem necessidades e sentimentos, mas sim a sua colaboratividade, em termos de produtividade satisfatória em favor da empresa.

Ao final, o “eu” linguístico apropria-se novamente da expressão “nossa empresa”, na tentativa de tornar a relação “eu-tu” mais próxima. Na mesma medida, verifica-se uma oposição a essa ideia – o locutor causa

um afastamento quando novamente impõe a prevalência da hierarquia organizacional. Pela Linha 27 e Linha 28, compreende-se que se houver necessidade de o colaborador buscar apoio ou esclarecimentos de dúvidas, o mesmo deve procurar orientação, respeitando a seguinte ordem: “seu gestor”, RH e diretoria.

Por meio da análise e discussão do discurso observado, é possível perceber que a constituição do sentido, nas instâncias discursivas, se dá, na leitura, pelas marcas de subjetividade, as quais são representadas por uma série de indicadores que marcam o traço que une “eu/tu”.

6 Considerações finais

Este estudo, norteado pela reflexão acerca da instância enunciativa na leitura, mostra que a construção da relação “eu-tu” ocorre pela instauração da subjetividade, que, por sua vez, se sustenta na apropriação que o locutor faz da língua. O locutor, “eu”, posiciona-se como sujeito na mesma medida em que instaura o outro, o “tu”. Trata-se de um processo de construção da intersubjetividade no discurso, em que se utiliza de uma série de indicadores que constituem o traço “eu-tu”. Esses indicadores são produzidos nas instâncias enunciativa e remetem em especial à dêixis, marcando o sujeito por meio de uma relação dialética. Em Benveniste (PLG I, p. 289), “[a] instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes”.

O que se observa pela análise realizada é que, pela apropriação que o locutor faz da língua, ele acaba determinando o sujeito no contexto organizacional. O sujeito é determinado por meio da relação de intersubjetividade, em que o “eu” implanta o “tu” remetendo a um “ele”, pautando-se em questões de ordem socioculturais, bem como político-

ideológicas, que norteiam a organização. Logo, a constituição do sentido nas instâncias enunciativa, aqui verificada no âmbito da leitura, está estreitamente relacionadas ao modo como o locutor mobiliza o alocutário. O Presidente, “eu” linguístico determina, por meio de uma relação de poder e de ordem hierárquica, a posição do colaborador no meio organizacional – essa posição remete a determinação do comportamento do sujeito no ambiente profissional.

Conforme discutido ao longo da revisão teórica, se a pessoa é incluída na sociedade por meio da relação “eu-tu” no discurso, o sujeito se situa na sociedade pela condição de intersubjetividade. O sujeito se representa na enunciação, em função do modo como o locutor se propõe como sujeito, apropriando-se da língua. Se isso é certo, e sabendo que o sujeito aqui analisado pertence a uma ordem cultural e social, em que existe uma relação de poder, respeitando uma hierarquização, defende-se que a instância do discurso, enunciativa, subjaz questões de cunho político-ideológico – as quais norteiam o desenvolvimento das mais diversas corporações, inclusive a aqui analisada, em que os locutores se instituem sujeitos com interesses estreitamente ligados a determinados ideais – muito provavelmente relacionados aos princípios e valores da empresa.

A partir da análise realizada, depreende-se que as apropriações linguísticas se dão em detrimento da necessidade de marcação do sujeito nessa relação dialógica. Como dito na segunda seção do presente artigo, a língua é interpretante da sociedade e a contém, por esta razão, se encoraja dizer que as marcações ocorrem em função de aspectos de ordem social e cultural. Dessa forma, a utilização da dêixis, manifestada pela necessidade de interlocução, assume um sujeito no mundo, norteado por aspectos de cunho ideológico. Esses aspectos levam o locutor, em diversos momentos, a se apropriar de elementos discursivos que mascaram relações pré-estabelecidas, como por exemplo a relação de poder.

Em suma, o que se verifica da análise realizada em relação à instância do discurso, é que a enunciação tem como propósito o efeito de produção/lucratividade empresarial, crescimento organizacional e satisfação do cliente. A intersubjetividade estabelecida no discurso, apresentado no texto proposto, ocorre em função da mobilização do sujeito a fim de favorecer especialmente os interesses da empresa.

Referências

- CERVONI, Jean. *A enunciação*. Traduzido por L. Garcia dos Santos. Revisado por Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1989.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Traduzido por Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisado por Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. Originalmente publicado em 1966.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Traduzido por Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006. Originalmente publicado em 1974.
- FERRREIRA, Sabrina; TEIXEIRA, Marlene. Leitura em sala de aula: um ato enunciativo. In: GOMES, Neiva Maria Tebaldi; GOMES, Leny da Silva. *Teorias de linguagem e práticas de sala de aula: um diálogo possível – caderno do III colóquio sobre ensino de língua e literatura*. Porto Alegre: ed. UniRitter, 2009, p. 41-64.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Editora Ética, 1998.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, Valdir do Nascimento et al. (Org.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- SIMONIN-GRUMBACH, Jenny. Para uma tipologia dos discursos. In: JAKOBSON, Roman et al. *Língua, discurso e sociedade*. São Paulo: Global, 1983.

ANEXO A

**A PALAVRA DO DIRETOR – CARTA DE ABERTURA DO
MANUAL DE INTEGRAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DO RAMO MOVELEIRO**

1	MANUAL DE INTEGRAÇÃO
2	Prezado(a) colaborador(a).
3	Hoje é o seu primeiro dia de trabalho na _____, você está começando
4	uma nova caminhada na sua vida profissional e, justamente neste momento, você
5	deve estar com várias expectativas e com dúvidas também. Por isso, gostaria
6	de aproveitar este contato para ajudá-lo neste processo de adaptação à nossa
7	empresa e também desejar-lhe boas-vindas.
8	Como presidente da _____ faço questão de dizer a todo o novo
9	colaborador como você que aqui nós valorizamos muito as pessoas que tra-
10	balham conosco. Sabemos que é a soma do trabalho de cada um que fez a em-
11	presa chegar aonde chegou e que fará toda a diferença para trilhar o caminho
12	da empresa no futuro. Nesse caminho, a empresa precisa vencer os desafios e
13	adversidades que o mercado impõe e isso só é possível com o talento, compro-
14	metimento e empenho de cada um e com a união de todos.
15	Por isto, convido você que está chegando agora na empresa a conhecer
16	os nossos valores, a participar dos nossos programas, a dar sua contribuição,
17	a aprender, a ensinar e a fazer parte desta caminhada, aproveitando todas as
18	oportunidades quando elas se apresentarem e ao mesmo tempo contribuindo
19	para manter um clima de muito respeito e valorização entre os colegas.
20	Esperamos despertar em você a paixão por fazer melhor, que para nós
21	traduz a busca constante pela excelência. A excelência e a satisfação dos nossos
22	clientes são a força motriz para o crescimento da empresa, mas sabemos que
23	para isso é essencial que o nosso colaborador sinta orgulho em pertencer a esta
24	empresa. Convido você a participar da construção da _____ do futuro, pois
25	uma empresa é construída através do talento de colaboradores como você.
26	Seja bem-vindo, espero que você se sinta acolhido na nossa empresa e em seu
27	setor de trabalho. Tenha sempre em seu gestor, no RH e na diretoria o apoio
28	necessário para o seu desenvolvimento e para o esclarecimento de dúvidas.
29	Presidente

Recebido em: 1º/09/2017

Aprovado em: 18/12/2017